

## EIXO TEMÁTICO 6 | EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS

**SERVIÇO SOCIAL EM LIBRAS:** pesquisando sobre conceitos, categorias e sinais nos contextos da formação e do trabalho profissional

**SOCIAL WORK IN LIBRAS:** researching concepts, categories and signs in the contexts of training and professional work

**Fabiana Andrade Almeida<sup>1</sup>**

**Maria Patricia Barbosa da Silva<sup>2</sup>**

**Kátia Lucy Pinheiro<sup>3</sup>**

**Carla Lucia Nogueira Ferreira<sup>4</sup>**

### RESUMO

A presente comunicação pretende socializar o projeto Serviço Social em Libras, realizado na Universidade Estadual do Ceará junto ao curso de Serviço Social da mencionada instituição. E ainda relacionando o vínculo do projeto à política de educação e garantia de direitos das pessoas surdas garantidas através de legislações. Para isso, utilizaremos a pesquisa de caráter bibliográfico, recuperando e relendo textos utilizados durante o percurso do projeto, bem como nos voltando às legislações.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Libras. Educação. Acessibilidade.

### ABSTRACT

This article aims to expose the “social work in libras” project, effected at the Universidade Estadual do Ceará alongside the Social Work Course at the aforementioned institution. And also relating the project’s link to the education policy and to the rights of deaf people safeguarded by the legislation. For this purpose, we will use bibliographical research, by recovering and re-reading texts used during the process, as well as legislation research.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Ceará - UECE, graduanda de Serviço Social, bolsista IC-CNPQ e-mail: fabiana.andrade@aluno.uece.br

<sup>2</sup> Universidade Estadual do Ceará - UECE, graduanda de Serviço Social, bolsista PBEP/UECE e-mail: paty.barbosa@aluno.uece.br

<sup>3</sup> Universidade Federal do Ceará, bolsista pós-doutoranda e-mail: katialp@delles.ufc.br

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Ceará, Intérprete de Libras e-mail: carlalnf21@gmail.com

**Keywords:** People with disability. Libras. Education. Accessibility.

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo ora introduzido toma por objetivo apresentar a pesquisa denominada *Serviço Social em Libras* que intenta-se sistematizar categorias, conceitos e termos, com intuito de desenvolver um glossário terminológico<sup>5</sup> bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Português) no âmbito do Serviço Social e de suas particularidades no contexto brasileiro, considerando também, a formação profissional e as possibilidades de sua intervenção, sendo desenvolvida objetivando contribuir com o trabalho de assistentes sociais e tradutores intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (Libras) junto à comunidade Surda.

Em sua gestão e execução, a pesquisa dispõe da coordenação do professor Dr. Estenio Ericson Botelho de Azevedo, de bolsistas voluntários e remunerados vinculados ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPQ) e do Programa de Bolsas de Estudos e Permanência Universitária (PBEPU), da Pró Reitoria de Políticas Estudantis (PRAE). Decorrendo através da parceria fundamental do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Serviço Social - LAPESS, Universidade Estadual do Ceará – UECE, Universidade Federal do Ceará – UFC, Mestrado Acadêmico em Serviço Social – MASS, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

A referida pesquisa já se encontra em sua quinta fase, contando agora com a participação de uma bolsista de pós-doutorado docente do curso de Letras-Libras da Universidade Federal do Ceará (UFC), surda, que atua na coordenação das atividades relacionadas à validação de sinais termos<sup>6</sup> e à produção mais específica de material em

Língua de sinais; e uma bolsista de pós-doutorado Assistente Social, neurodivergente, professora colaboradora do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS/UECE), que atua na coordenação da pesquisa sobre os conceitos e categorias para a produção de glossário técnico.

---

<sup>5</sup>**Terminologia:** É considerada atualmente como uma disciplina independente e está relacionada com a lexicografia, que além de ser a ciência que estuda a teoria e a prática da elaboração de dicionários é também uma técnica científica que estuda os princípios que regem essa elaboração, ou seja, organiza a coleta de termos, analisá-los e registrá-los. (CARDOSO, 2017)

<sup>6</sup> A expressão “sinal-termo” foi desenvolvida pela professora Enilde Faulstich objetivando designar dois conceitos expressivos: A de sinal e a de termo. E para o processo de criação de sinais-termos existem dois subsídios teóricos que são estudados: a terminologia e a lexicologia que vão contribuir com a produção do sinal. (Cardoso, 2017, p. 17)

Consideramos para a realização do presente artigo a abordagem bibliográfica, tendo as significativas sistematização de conceitos, categorias e sinais realizadas por meio de revisões de leitura prévias. Conforme destacado por Gil (2010), este caráter nos permite a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Nosso foco será nas categorias gerais: Libras, educação, acessibilidade, políticas sociais, bem como nas categorias específicas: Trabalho, Serviço Social e legislações.

Neste sentido, ao decorrer deste artigo, iremos apresentar e discutir temáticas que foram primordiais para a pesquisa e elaboração deste texto. Isso inclui o início e desenvolvimento do projeto de pesquisa em destaque, elencando os desafios e estratégias utilizadas no processo de criação de sinais-termo, bem como a consonância entre Serviço Social em Libras e Educação.

## 2 ENTENDENDO AS FASES DE DESENVOLVIMENTO DESTE PROJETO

A gênese do projeto *Serviço Social em Libras* é decorrente dos desafios cotidianos enfrentados por uma estudante surda do Mestrado Acadêmico de Serviço Social - MASS na Universidade Estadual do Ceará- UECE. Ao longo de sua jornada na instituição, de 2018 a 2020, ela teve sua trajetória marcada por momentos de aprendizados, enfrentamento de barreiras linguísticas de comunicação e lacunas de produções em Libras nas áreas das ciências humanas e sociais.

Diante da necessidade de criar e conceituar sinais, a mestranda inicialmente desenvolveu sinais provisórios, não havendo possibilidade de validação coletiva. Em parceria com o professor Dr. Estenio Ericson, o projeto foi submetido à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – PROPGPq, sendo vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Serviço Social - LAPESS. O objetivo principal foi contribuir com o enriquecimento do léxico da Libras na área do Serviço Social, através da elaboração de um glossário acadêmico de Libras.

A pesquisa foi conduzida em fases. Inicialmente, as duas primeiras etapas se concentraram no que tange ao arcabouço teórico dos participantes, incluindo estudos da realidade observada, referências bibliográficas que proporcionam uma análise mais aprofundada sobre a comunidade Surda, grupo de estudos e produções de textos acadêmicos. Durante esse período, enfrentamos os percalços decorrentes da pandemia de COVID-19, o que exigiu dos integrantes adaptações significativas, como atividades remotas e encontros virtuais.

Na terceira fase da pesquisa, continuamos a revisar as referências bibliográficas e iniciamos o processo de conceituação das palavras-chave relacionadas às categorias gerais (capitalismo, trabalho, políticas sociais, luta de classes e entre outros) e específicas (assistência social, ética profissional, questão social, etc). É importante destacar que em meados desta fase, o projeto retomou suas atividades presenciais com o fim das restrições de isolamento social decorrente da pandemia.

Na quarta fase, os integrantes seguiram a aprofundar suas leituras de textos acadêmicos, tanto no âmbito do Serviço Social quanto da Libras, que nos norteiam e orientam a sistematização das categorias, conceitos e termos, além de promover a troca de conhecimentos durante os encontros. Houve também, seguimento na identificação de sinais termos relacionados às categorias e validação dos mesmos. Paralelamente, deu-se início às gravações dos vídeos do projeto. Vale ressaltar que adotamos uma abordagem tri-modal em nossa categoria de produção, ou seja, os vídeos são produzidos em Libras, em formato de texto digitado e em áudio, assegurando a acessibilidade. Além disso, a validação dos sinais termos são validados junto a comunidade surda.

Na atual fase, nossa atenção está voltada para a gravação dos vídeos, edição e publicação nas mídias digitais, através do Instagram do projeto (@servicosocialemlibras) e YouTube. Tal ação visa o compartilhamento dos termos para a comunidade em geral, que torna visível e expande a proposta da pesquisa, potencializando a formação dos estudantes e profissionais do Serviço Social e áreas afins. É importante destacar que antes de publicar os conteúdos, nossa equipe conta com o apoio de uma assessoria especializada em Libras, que verifica tanto os conteúdos produzidos em Português quanto às traduções para Libras.

Por fim, destaco que a oportunidade de conviver com a Comunidade Surda e intérpretes, proporciona uma experiência singular e enriquecedora para os integrantes da pesquisa. Essa interação nos permite compreender de maneira prática o processo de consolidação de sinais, desde sua concepção até sua implementação e os desafios associados à validação de novos sinais pela Comunidade Surda.

## **2. 1 A RELAÇÃO DE CONSONÂNCIA ENTRE SERVIÇO SOCIAL EM LIBRAS E EDUCAÇÃO**

Para introduzirmos o debate, precisamos compreender que o projeto Serviço Social e Libras está dentro de uma Universidade, é realizado por um curso e que possui um diálogo com

a comunidade surda, mas que para além disso compreende a história e a luta constante por reivindicações da comunidade surda. Partimos então do entendimento que a auto organização das pessoas surdas foi quem garantiu as legislações, para as quais a sua maioria tem relação direta com o nosso projeto. Por esse motivo, iremos fazer um aparato e uma pequena amostra desta relação, segundo as legislações.

Inicialmente, as duas mais gerais são a Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente que discorrem sobre a educação e afirmam ser direito de todos e dever do Estado e da família, visando seu pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda garantem a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Podemos perceber que o direito à educação está garantido em duas das mais importantes legislações do nosso país, apesar de estarmos falando inicialmente da educação infantil podemos considerar este o caminho para que sejam pensados e refletidos sobre a educação durante toda a vida das pessoas com deficiência.

Para chegar ainda mais próximo do debate proposto aqui, é importante ressaltar o decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com e seu ponto facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007; o decreto nº 5.626, de 22 dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. E ainda a lei de Libras dispõe sobre suas especificidades de ensino e serve para a oficialização da Libras como língua oficial do nosso país e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, designa a responsabilidade ao Poder Público para a formação e implementação de profissionais intérpretes de escrita em braile, língua de sinais e de guias-intérpretes para a facilitação da comunicação e acesso a acessibilidade e inclusão.

Todas essas legislações são fruto das lutas organizadas pelos movimentos sociais da comunidade surda no Brasil e no mundo, esse que se oficializou em 1951 com a criação da World Federation of the Deaf – WFD (Federação Mundial de Surdos), onde une-se a comunidade surda do mundo. Durante alguns anos organizaram alguns congressos para discussão e disseminação de pesquisas e estudos sobre a comunicação total, e logo em 1975 acontece o congresso de Paris nos Estados Unidos, este é um marco histórico, pois quase unanimemente os delegados concordaram que o oralismo prejudicou a comunidade surda por 100 anos e esse foi o ponto de partida para a educação e desenvolvimento de surdos tomarem

outro rumo no mundo, começasse a pensar em outro método de aprendizado, como a comunicação total e o bilinguismo. Em um dos seus livros SKILIAR descreve esse processo:

“Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.” (SKILIAR, 2010, p.7).

Apesar dessa realidade vivida pela comunidade surda, a possibilidade de escolha para o aprendizado, a chance efetiva de ter atendimentos acessíveis nos mais diversos espaços de socialização e a garantia oficial dessas reivindicações só se dão a partir da conquista do movimento de pessoas com deficiência, tornando-os direitos assegurados pela lei.

Todas as legislações citadas acima estão inseridas no nosso projeto, pois este está dentro do campo educação superior, os seus integrantes são pessoas com envolvimento com a comunidade surda, é assegurado a efetiva participação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) nas reuniões e nas atividades deste projeto, seja por meio de traduções e interpretações dos sinais divididos em categorias para o glossários, ou para tradução e interpretação de reuniões de alinhamento, pois compreendemos que a acessibilidade começa no planejamento e não somente na execução desse projeto.

### **3 CONCLUSÃO**

O processo de escrita do presente artigo nos possibilitou momentos de reflexões no que tange a comunidade surda, formação profissional, políticas públicas e a importância do projeto em desenvolvimento que se encontra em suas fases finais. Adicionalmente, esse processo reforçou a importância de permanecermos vigilantes em relação à carência de produções em Libras no âmbito do campo do Serviço Social e lutarmos pelo fortalecimento dos instrumentos de inclusão disponíveis.

A supracitada pesquisa é de grande relevância para a academia, entidades/instituições, comunidade surda em geral, categoria profissional de Serviço Social, aos/às profissionais Tradutores/as Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais e para os/as pesquisadores/as da área, tal relevância nos faz crê na possibilidade de tornar-se uma política social, para que assim, possa

ser aderida por demais cursos, áreas de atuação e universidades por todo o Brasil.

Portanto, continuaremos com os esforços para a materialização deste projeto que resultará em um Ebook que auxiliará os TILS, garantirá melhor compreensão aos estudantes surdos do curso de Serviço Social, bem como auxiliará o melhor atendimento das Assistentes Sociais, buscando promover, assim, um ambiente inclusivo, igualitário e emancipatório.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 de abril de 2024.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5626&ano=2005&ato=b61MTU65UMRpWTdae>. Acesso em: 20 de abril de 2024.

BRASIL. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 25 de agosto de 2009; Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 15 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 13 de julho de 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 de abril de 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 de abril de 2024.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm). Acesso em: 22 de abril de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 24 de abril de 2000. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm). Acesso em: 22 de abril de 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. Ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

CARDOSO, Vilma Rodrigues. **Termologia de Língua Brasileira de Sinais Glossário De Nutrição**. Brasília/DF. 2017.